

Sociedade Anônima
de Capital Fechado
CNPJ nº 05.263.973/0001-37
Belo Horizonte - MG

Cemig Trading S.A.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em Milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

- Alterações ao IAS 12 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas.
- Iniciativa de Divulgação (Alterações ao IAS 7) - altera o IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa Para esclarecer que as entidades devem fornecer divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento. Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2017.

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 (equivalente ao CPC 38) sejam subseqüentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo.
- Em relação ao impairment de ativos financeiros, o IFRS 9 requer o modelo de expectativa de perda no crédito, ao contrário do modelo de perda efetiva do crédito mencionada no IAS 39/CPC 38.
- IFRS 15 – Receitas de Contratos com clientes – em maio de 2014, a IFRS 15 foi emitida e estabeleceu um modelo simples e claro para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes. A IFRS 15 substituirá as orientações atuais de reconhecimento da receita presente no IAS 18/CPC 30 (R1) - Receitas, IAS 11/CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas, quando se tornar efetiva.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às normas apresentadas acima, com data de adoção para 2018. Em decorrência do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória. A Companhia ainda está avaliando os impactos que estas novas normas e alterações de normas existentes terão sobre os valores e divulgações apresentados nas suas Demonstrações Financeiras.

2.7. Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas Demonstrações Financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

a) Clientes

As contas a receber de clientes são registradas inicialmente pelo valor justo, faturado e não faturado, e, subseqüentemente mensuradas pelo custo amortizado.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

c) Receita

A Companhia reconhece a receita como agente, pois não tem exposição a riscos e benefícios significativos associados com a venda de energia, sendo seu ganho predeterminado, por uma comissão em relação ao megawatt faturado ao cliente.

As receitas são reconhecidas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais vigentes no momento da intervenção da Companhia na transação da comercialização de energia entre os agentes.

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos impostos e dos eventuais descontos incidentes sobre a receita.

d) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias.

e) Resultado por Ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado atribuível ao acionista controlador da Companhia, com base na média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluído nos períodos apresentados. Não há diferença entre o lucro básico por ação e o lucro por ação diluído.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2016	2015
Contas Bancárias.....	6	26
Aplicações Financeiras		
Certificado Depósito Bancário – CDB.....	1.091	1.157
Overnight.....	6.274	3.197
	7.371	4.380

As aplicações financeiras correspondem às operações contratadas em instituições financeiras nacionais. Todas as operações são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e não possuem restrição de uso. Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pós-fixados são remunerados a um percentual do CDI, Certificado de Depósito Interbancário, divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, que variam entre 97,5% a 105,25% (entre 100,5% e 108% em 2015) conforme operação.

As operações de *overnight* consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada de 13,64% (entre 14,13% e 14,14% em 2015) e têm o objetivo de liquidar obrigações dos cotistas do Fundo ou serem utilizados na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2016			2015		
	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total
Certificados de depósitos bancários -						
CDB.....	556	–	556	3.481	–	3.481
Letras Financeiras Bancos.....	12.349	239	12.588	11.280	409	11.689
Letras Financeiras do Tesouro.....	3.272	–	3.272	2.290	–	2.290
Debêntures.....	1.233	543	1.776	3.929	–	3.929
Outros.....	–	–	–	5	–	5
	17.410	782	18.192	20.980	414	21.394

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras, com carência para resgate acima de 90 dias.

Os Certificados de Depósitos Bancários (CDB) pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variam entre 100,5% a 105,25% em 2016 (entre 75% e 105% em 2015) conforme operação.

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Cemig possuem taxa de remuneração que variam entre 104,25% a 112,7% em 2016 (entre 105% e 116,7% em 2015) do CDI.

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira do Fundo de Investimento da Cemig possuem taxa de remuneração que variam entre 104,25% a 113% em 2016 (entre 105,4% e 113% em 2015) do CDI.

5. CLIENTES

	2016	2015
Clientes.....	5.174	5.940
Saldo Clientes.....	5.174	5.940

A Companhia não constituiu Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa pelo fato da Administração não considerar que haja riscos significativos de perdas na realização destas contas a receber.

6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	2016	2015
Circulante		
PIS-PASEP.....	8	–
COFINS.....	39	–
ISSQN.....	–	80
Total.....	47	80

7. FORNECEDORES

	2016	2015
Materiais e Serviços.....	277	279
Total.....	277	279

A Companhia reconhece obrigações provenientes de contratos com a CEMIG. Vide Nota Explicativa nº 15 das Demonstrações Financeiras.

8. PROVISÕES

A Companhia não é parte em processos judiciais e administrativos oriundos do curso normal de suas operações envolvendo questões trabalhistas, tributárias, cíveis e outros assuntos em 2016 e 2015.

9. TRIBUTOS

a) Impostos, Taxas e Contribuições

	2016	2015
Circulante		
ISS.....	25	23
Total.....	25	23

b) Imposto de Renda e Contribuição Social

	2016	2015
Circulante		
Imposto de Renda.....	1.048	1.017
Contribuição Social.....	479	311
Total.....	1.527	1.328

c) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

	2016	2015
Não Circulante		
Imposto de Renda Diferido.....	202	181
Contribuição Social Diferido.....	73	65
Total.....	275	246

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2016, o Capital Social era de R\$1.000 mil, representado por 1.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de propriedade da CEMIG. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas Assembleias Gerais.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

a) Reservas de lucros

A composição da conta de Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

	2016	2015
Reservas de Lucros		
Reserva Legal.....	200	32
Reserva de Retenção de Lucro.....	–	840
Reserva de Lucros (Dividendos Adicionais Propostos).....	27.435	28.808
Total.....	27.635	29.680

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. No exercício de 2016 foi constituída reserva até o limite legal de 20% do Capital Social.

A Companhia registrou na Conta Reservas de Lucros os dividendos propostos pela Administração que excederam aos dividendos mínimos obrigatórios, previstos no Estatuto Social, no exercício de 2016, no valor de R\$27.435, que serão distribuídos quando da aprovação na Assembleia Geral Ordinária (AGO).

b) Dividendos

O Estatuto social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do Lucro Líquido do Exercício, ajustado na forma legal a título de dividendos.

Destinação do Resultado de 2016 – Proposta da Administração

A Diretoria Executiva deliberou pagar dividendos intermediários no valor total de R\$32.771 mil, conforme segue:

- RS15.052 mil referentes a dividendos mínimos obrigatórios; e,
- RS17.719 mil referentes a dividendos adicionais.

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2017, que ao resultado do exercício de 2016, no montante de R\$60.374, seja dada a seguinte destinação:

- RS168 mil para constituição de reserva legal;
- RS32.771 mil referentes a dividendos intermediários; e,
- RS27.435 mil para pagamento de dividendos adicionais.

O cálculo dos dividendos propostos para distribuição aos acionistas referente ao resultado está demonstrado abaixo:

	2016	2015
Dividendos Obrigatórios		
Resultado do Exercício.....	60.374	59.325
Reserva Legal.....	(168)	–
Lucro Líquido Ajustado.....	60.206	59.325
Dividendos Mínimos Obrigatórios – 25% do Lucro Líquido.....	15.052	14.831
Dividendos Propostos		
Dividendos Intermediários.....	32.771	29.677
Dividendos Adicionais Propostos.....	27.435	28.808
Total dos Dividendos Propostos.....	60.206	58.485
Valor Líquido Excedente ao Dividendo Mínimo Obrigatório.....	45.154	46.654

11. RECEITA

	2016	2015
Dividendos Intermediários.....	32.771	29.677
Prestação de Serviços.....	70.006	69.334
Transações com Energia na CCEE.....	–	29
Deduções à receita operacional (a).....	(4.677)	(4.625)
Total.....	65.329	64.738

a) Deduções à Receita Operacional

	2016	2015
ISSQN.....	(2.122)	(2.093)
COFINS.....	(2.100)	(2.081)
PASEP.....	(455)	(451)
Total.....	(4.677)	(4.625)

12. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Pessoal.....	534	505
Materiais.....	1	5
Serviços de Terceiros (a).....	46	51
Impostos e Taxas.....	56	8
Custo com Energia Elétrica.....	3	29
Patrocínios.....	25	59
Outros.....	3	5
Total.....	668	662

a) Serviços de Terceiros

	2016	2015
Fretes e Passagens.....	2	2
Hospedagem e Alimentação.....	3	3
Manutenção/Conservação de Móveis Utensílios.....	–	1
Publicações Legais.....	28	38
Auditoria Independente.....	12	2
Outros.....	1	5
Total.....	46	51

13. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2016	2015
Receitas Financeiras		
Renda de Aplicação no Mercado Financeiro.....	5.010	4.195
Outras Receitas Financeiras.....	–	1
Total.....	5.010	4.196
Despesas Financeiras		
Outras despesas financeiras.....	(1)	(1)
Total.....	(1)	(1)
Resultado Financeiro.....	5.009	4.195

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2016	
	Imposto Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Serviços Prestados.....	70.006	70.006
Percentual de Presunção.....	32%	32%
	22.402	22.402
Receita Financeira s/resgate efetivo aplicação.....	4.927	4.927
Outras Receitas Financeiras.....	–	–
Base de Cálculo - Lucro Presumido.....	27.329	27.329
IR 15%/ CS 9%.....	4.099	2.460
Adicional 10% valor superior a R\$240.....	2.709	–
	6.808	2.460
Rendas não resgatadas.....	83	83
Aliquota.....	25%	9%
IR e CS diferidos.....	21	7
IR e CS - Lucro Presumido.....	6.829	2.467
Corrente.....	6.808	2.460
Diferido.....	21	7